



Feminismos e organização política feminina nas últimas décadas do século XX: o caso uruguaio.

Feminismos y organización política de las mujeres em las ultimas décadas del siglo XX: el caso de Uruguay.

Mariane Ambrósio Costa

Doutorado em andamento

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

mariane.ambrosioc@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente trabalho é traçar um percurso da organização feminina no Uruguai, no final da década de 1970, momento que marca a reabertura política no país, no qual as discussões sobre feminismos e direitos humanos foram apropriadas pela sociedade, principalmente por organizações feministas. O *Grupo de Estudios sobre La Condición de La Mujer Uruguaya* (GRECMU) exerceu papel fundamental neste processo. Financiado pela Fundação Ford, o centro de investigações se tornou uma referência ao trazer para os debates de mulheres uruguaias as ideias feministas que circulavam pelo mundo, muito influenciadas pela segunda onda feminista. Desta forma, defende-se a hipótese de que o nascimento deste e de outros grupos organizados tenham sido fundamentais para se delinear o campo de batalha política da mulher uruguaia.

Palavras-chave: Feminismos; Uruguai; Política.

Resumen: El objetivo de este estudio es trazar un camino de organización de las mujeres en Uruguay a finales de 1970, una época que marca la reapertura política en el país en el que los debates sobre el feminismo y los derechos humanos, han sido imputadas por la sociedad, en especial por las organizaciones feministas. El Grupo de Estudios sobre la Condición de La Mujer Uruguaya (GRECMU) jugó un papel clave en este proceso. Financiado por la Fundación Ford, el centro de investigación se ha convertido en una referencia para llevar a los debates de las mujeres uruguayas ideas feministas que circularon por todo el mundo, muy influido por la segunda ola feminista. Por lo tanto, defendemos la hipótesis de que el nacimiento de este y otros grupos organizados han sido fundamentales para delinear el campo de batalla político de la mujer uruguaya.

Palabras-clave: Feminismos; Uruguay; Política.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo discutir, em linhas gerais, a organização política feminina no Uruguai a partir da década de 1970, período no qual o país passava por um momento de restrição de direitos, devido a ditadura militar deflagrada em 1973.

Com o endurecimento da repressão e as formas de militância cada vez mais reprimidas, restava à militância política buscar novas formas de organização para lutar contra o sistema. Com isso, não foram poucos os opositores que foram exilados e presos, guerrilhas desmanteladas, organizações fechadas e etc.

O movimento de mulheres também não ficou de fora deste movimento. Com os debates sobre os direitos humanos cada vez mais em voga no país, restava a elas inserirem-se neste diálogo e impor suas demandas nas propostas de políticas públicas dos governos que se seguiam.

Desta forma, este artigo buscará traçar um breve panorama da situação das mulheres uruguaias a partir da década de 1970, desde o período da ditadura, passando pela redemocratização e chegando até os dias de hoje, quando, mesmo possuindo uma porcentagem pequena de representatividade no parlamento, políticas públicas voltadas as mulheres conseguem ser implementadas. A atual bancada feminina, composta por 19 mulheres (dentre 130 representantes), eleita em 2015, decidiu deixar de lado as diferenças partidárias para promover a igualdade de gênero, tanto no Parlamento, quanto na sociedade. Esta união foi responsável, por exemplo, por implementar a proibição do assédio em locais de trabalho e uma legislação fundamental para o bem estar das mulheres (GREEN, 2012).

Isto posto, o presente artigo se desenvolverá da seguinte forma: primeiramente, será feito um retrospecto sobre o estudo sobre mulheres na América Latina e as viradas historiográficas que favoreceram seu destaque ao longo do século XX. Após isto, veremos como se deu o movimento de mulheres durante o período da ditadura civil-militar no Uruguai, a adoção do estudo de gênero pelas feministas uruguaias e, por fim, a estruturação de grupos de estudos sobre as condições das mulheres no país.

A difícil construção da história das mulheres na América Latina

A historiografia relegou, durante muito tempo, um papel secundário as mulheres na construção das narrativas oficiais. A elas, convencionou-se o papel de coadjuvante de uma história da qual fizeram parte de forma substancial, sempre destacando seus atributos físicos ou mesmo o seu heroísmo, sempre com um ou dois exemplos tidos como exceção.

A noção de que a História se fazia nos ambientes públicos, entendidos como espaços das relações políticas e econômicas, sempre significou o olhar de homens sobre homens, e sendo relegado às mulheres o âmbito do lar e da família, foram silenciadas nos arquivos, e invisíveis para a história.

Este panorama começa a se transformar com o advento da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, organizada por Marc Bloch e Lucien Febvre, com data de início em 1929. A revista, que fez nascer o movimento historiográfico chamado de Escola dos Annales, transformou o conceito de história ao priorizar uma história social que incluía mentalidades, vida cotidiana, costumes, família, sentimentos e

subjetividades coletivas, permitindo, desta forma, que mulheres passassem a ser estudadas como sujeitos históricos.

Na segunda metade do século XX, a história política também passou por um momento de renovação, e fez com que os assuntos relacionados ao político recuperassem sua posição na historiografia. Através da aproximação com outras disciplinas, tais quais a antropologia, a sociologia, a linguística, entre outras, o campo se reestruturou e adquiriu novamente sua posição nos estudos histórico (RÉMOND, 2003, p. 9).

O contato com estas disciplinas garantiu que a história política ganhasse novos atores e novas temáticas, fator diretamente relacionado como uma continuidade com os ideais defendidos nos últimos anos pelos *Annales*. Contrapondo às propostas do movimento, a nova história política demonstra interesse pelos sujeitos, as narrativas, os discursos, sendo o político como o local de domínio da articulação do ser social.

Longe de dizer que ocorreu uma drástica ruptura entre os *Annales* e a história política renovada, conseguimos verificar alguns pontos de continuidade, e mais que isso, de reapropriação. A longa duração, característica principal da primeira, principalmente entre os historiadores da chamada 2ª geração, ganha novas funções na segunda. Buscando propor uma “pluralidade de ritmos”, a história política busca na longa duração o nascimento de culturas políticas e ideologias, combinando com eventos que seriam considerados de curta duração. Conclui-se, portanto, que a renovação da história política é antes um desdobramento de propostas dos *Annales*, combinadas a métodos já utilizados nos estudos clássicos do político, do que um movimento de oposição a chamada Revolução Francesa da historiografia¹.

Os períodos de transformações políticas e sociais que assolaram o mundo na segunda metade do século XX, em especial aos países da América Latina, com o advento das ditaduras militares, são exemplares para compreendermos na prática as novas aspirações historiográficas aqui defendidas. Durante os períodos de repressão política, novos atores surgiram, reinterpretando a realidade na qual estavam inseridas, buscando formas alternativas de exercer a cidadania em um momento histórico de restrição à participação política. Estudantes, operários, intelectuais, grupos organizados de mulheres, entre outros, passaram a ter na política seu campo de articulação do social para combater o inimigo comum: a repressão política e a perda dos direitos civis.

¹ Utilizando-me da alcunha dada ao movimento dos *Annales* por Peter Burke.

Esse período de reestruturação historiográfica culminou com o ápice do movimento feminista latino-americano.

Com o aumento dos estudos sobre a condição das mulheres na sociedade, as mulheres inseridas nestes ambientes de sociabilidade regiam seus interesses baseados na diferenciação social que tinham em relação aos homens. Desta forma, para compreendermos suas ideias, não podemos deixar de lado o estudo do gênero enquanto modalidade de análise histórica, tal qual proposto por Joan Scott.

Esse momento de renovação historiográfica coincidiu com a ascensão do movimento feminista na América Latina. Mesmo já tendo uma atuação organizada nos Estados Unidos e na Europa desde o fim do século XIX, com lutas por direitos políticos básicos, como por exemplo, o direito ao voto², a entrada das discussões feministas entra na parte sul do continente americano se dá apenas a partir da década de 1960, muito embasado pelo trânsito de ideias entre militantes políticas exiladas na Europa (principalmente na França), por conta da repressão e perseguição promovidos pelas ditaduras militares.

O feminismo latino-americano insere-se no movimento mundial durante a chamada 2ª onda do movimento, surgido depois da Segunda Guerra Mundial, com prioridade a lutas com cunho sexual, como as reivindicações pelo direito ao corpo, ao prazer, à livre expressão da sexualidade e contra o patriarcado, que é o poder exercido pelos homens na subordinação das mulheres, em linhas gerais. O lema desta onda foi “O privado é político”, uma vez que as lutas sexuais tinham importante poder político na luta das mulheres.

O movimento feminista se apropriou do conceito de gênero para explicar que a ideia de que uma subordinação feminina era um fator socialmente construído através da História. E esta foi uma característica vista na maioria dos feminismos latino-americanos. No caso do Uruguai, o estudo sobre as mulheres acompanhou este caminho e as ideias feministas se inseriram no país através de um grupo chamado *Grupo de Estudios sobre La Condición de La Mujer Uruguaya* (GRECMU), que atuou de forma importante na divulgação das ideias feministas no país. Porém, para compreendermos sua fundação, é preciso que recuemos um pouco no contexto político da época.

A ditadura civil-militar uruguaia e o movimento organizado de mulheres

² O movimento pelo voto universal teve início nos Estados Unidos no ano de 1848, com destaque para a Convenção dos Direitos da Mulher em Seneca Falls, considerado como marco zero do movimento sufragista norte-americano. Somente em 1920 o voto seria permitido para as mulheres. Na Inglaterra, é formado em 1866, em Manchester, o Comitê para o Sufrágio Feminino. Porém, apenas após lutas, prisões, greves e atentados as mulheres obtiveram o direito ao voto, em 1928.

No Uruguai, a década de 1960 é marcada por um processo de abertura de mercado, causando a redução do salário real dos trabalhadores, e, conseqüentemente, descontentamento popular. Com isso, diversos movimentos de guerrilha surgiram pelo país, em defesa dos direitos dos trabalhadores, sendo o Movimento de Libertação Nacional (MLN) o mais importante³. No ano de 1972, é eleito o presidente Juan Maria Bordaberry, que conta, já em seus primeiros meses de governo, com a ausência de apoio político no Parlamento.

Com um Parlamento enfraquecido e sem condições de frear os avanços de autoritarismo do poder executivo, e as ameaças cada vez mais frequentes do MLN, Bordaberry lança como prioridade o combate à subversão abrindo espaço para o protagonismo das forças armadas no governo. Em 1972, em decorrência da onda de violência que assolava o país, é promulgada o *Estado de Guerra Interno*, que suspendiam as liberdades individuais e legitimavam toda ação repressiva a toda oposição ao governo.

Vitoriosos na luta contra os guerrilheiros do MLN, os militares ganharam cada vez mais força, aliada ao enfraquecimento quase total do sistema político democrático teoricamente vigente no Uruguai. Afirma Enrique Serra Padrós que

abriram-se, aos militares, as portas da administração e direção de entes autônomos e serviços descentralizados, assim como ministérios, configurando a implantação de um regime que, formalmente, governavam os civis, entretanto, de fato, os militares se haviam aquinhoados de boa parte do poder (PADRÓS, 2005, p. 360).

Desta forma, em junho de 1973, o presidente dissolve o parlamento e dá o golpe de Estado, juntamente com as forças armadas, dando início assim a ditadura civil-militar que vigorou até o ano de 1985 no país.

Por conta da insatisfação de uma parte da população e a presença de guerrilhas armadas atuando no país, em 1977 o presidente recém escolhido pelo Conselho Militar Alberto Demicheli promulga os atos institucionais números 1 e 2, que suspendia a convocação de eleições gerais e criava o *Consejo de La Nación*, que garantia ao conselho de Estado e a uma junta oficial das forças armadas eleger os futuros presidentes da república. Mesmo Demicheli sendo substituído pelos militares meses depois por outro

³Também chamados de Tupamaros, o MLN nasceu no Uruguai na década de 1960 como uma reunião de grupos e movimentos de esquerda que se preparavam para lutar contra movimentos golpistas e de orientações fascistas. Tinha como fontes ideológicas o socialismo e o liberalismo que, apesar de contraditórios, convergiam em um ponto (e que era o mote do movimento): ambos haviam conseguido importantes mudanças no mundo através da violência, para se combater a opressão. Seu líder foi José Alberto Mujica Cordano, que viria a se tornar presidente do Uruguai entre os anos de 2010 e 2015. CABRAL, José Pedro Cabrera. Trajetória do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros – 1962-1973: algumas questões de identidade e poder. In: *Estudios Ibero-Americanos*, vol. XXXIII, num. 02, dezembro de 2007.

presidente, Aparício Mendez, as medidas continuaram em vigor e, com a implantação de outros atos institucionais, se tornaram cada vez mais severas e restritivas. Segundo Gustavo Alberto Cabrera Alvarez,

a repressão focalizou: o desmantelamento dos partidos políticos, as guerrilhas urbanas, e os sindicatos. As perseguições, prisões, torturas, assassinatos e exílio de militantes políticos e sindicais foram eficientes para limpar o caminho e, em poucos meses, a resistência tinha sido totalmente eliminada (ALVARES, 2010, p. 5).

Com o endurecimento das políticas de repressão, coube aos opositores ao sistema e aos integrantes de movimentos sociais, incluindo os grupos feministas, encontrar formas de atuação que não os expusesse de forma clara, mas que também não desarticulasse o movimento. Desta forma, podemos afirmar que a militância feminista uruguaia teve inicialmente uma dupla atuação: ao mesmo tempo em que lutavam pelo protagonismo e representatividade das mulheres, ao mesmo tempo em que militavam politicamente contra o regime militar com reivindicações de defesa dos direitos humanos (BORGES, 2009, p. 55).

Com o passar dos anos e a perda de forças do regime ditatorial, assim como o retorno de uruguaias exiladas, a atuação feminista passa a se dedicar exclusivamente a ações com vistas para as mulheres. Isto foi possível porque a transição para a democracia no país se deu de forma bastante peculiar. Os partidos políticos negociaram com os militares no governo a abertura gradual do regime, processo este que teve início já em 1980 com a proposta do governo militar de estender a presença no Estado da sociedade civil e dos partidos políticos (CORBO, 2007, p. 35).

E é neste momento de debates sobre o reestabelecimento dos direitos sociais que o debate sobre o papel que as mulheres desempenhariam no novo país que surgiria no período de redemocratização vem a tona.

Com isso, houve o surgimento de centros privados de investigação sobre a realidade das mulheres no país na década de 1980. O *Grupo de Estudios sobre La Condición de La Mujer Uruguaya* (GRECMU) é fundado em 1979 pela brasileira Suzana Prates⁴ e outras ativistas e intelectuais que estavam no Uruguai, como Graciela Sapriza e Silvia Villamil. Inicialmente, o grupo se forma com um viés multidisciplinar, orientado a investigação da situação das mulheres sobretudo no âmbito do trabalho, sendo a mulher seu objeto de análise. Em 1982, o grupo se declara feminista e o foco dos estudos passa a ser o estado de subordinação das mulheres uruguaias em relação aos homens, e buscava se articular no estudo de

⁴ Suzana Prates foi uma socióloga brasileira que lecionava no Uruguai durante os tempos de ditadura. Foi pioneira nos estudos sobre gênero no país, uma vez que a interferência do regime ditatorial na Universidade impedia que muitos estudos se desenvolvessem pelos próprios acadêmicos uruguaios. Foi casada com o também sociólogo Carlos Filgueira.

mulheres em suas mais variadas esferas. Financiado pela Fundação Ford, o centro de investigações se tornou uma referência ao trazer para os debates de mulheres uruguaias as ideias feministas que circulavam pelo mundo, ainda que de forma “tardia”. Unindo acadêmicas das mais diversas áreas, o grupo se dedica, até os dias atuais, a produzir estudos que pensem a situação da mulher no país.

Em recente entrevista, a deputada uruguaia Margarita Percovich narra que, a partir de 1984, com o início da redemocratização no Uruguai, mulheres de todos os partidos políticos se organizavam no sindicato dos trabalhadores têxteis para discutir o lugar que as mulheres ocupariam nos novos rumos que o país estava tomando. Neste contexto, começam os contatos com as integrantes do GRECMU. Nas palavras de Percovich,

Ellas sabían de la década de la mujer de las Naciones Unidas, algo que las demás no teníamos ni idea. No sabíamos lo que estaba pasando en el resto del mundo porque se recibía poca información y no teníamos los medios que tenemos ahora. Ellas venían trabajando, haciendo diagnósticos y habían creado ese centro de estudios -como habían hecho otros universitarios porque en dictadura no se dejaba funcionar la Universidad. Fueron quienes nos trajeron las reivindicaciones propias que teníamos que tener como mujeres. Y fue ahí que algunas empezamos a descubrir lo que era la discriminación y a unirla con nuestro marco ideológico, que la injusticia de un proyecto de desarrollo estaba basado en otras formas de subordinación que no eran solamente las de clase⁵.

São estas mulheres do GRECMU que levam a frente um projeto de uma publicação feminista que ao mesmo tempo denunciava as condições femininas no período, assim como algumas propostas feministas para seus partidos políticos e para a nova sociedade que estava surgindo. Assim surge *La Cacerola*, boletim interno do grupo que esteve em atividade entre 1984 e 1988, com tiragem e periodicidade irregulares⁶. O boletim era o instrumento de divulgação e discussão, onde através de temas propostos colocavam em questão as teorias de forma prática.

Além do boletim, o GRECMU foi responsável pela publicação de diversos livros resultado das pesquisas de suas participantes. Como um grupo de investigação, divulgar o resultado destes estudos era

⁵ Margarita Percovich é deputada no Uruguai e deu esta entrevista em março de 2015, por ocasião do mês da mulher. A entrevista completa pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <<http://inmayores.mides.gub.uy/innovaportal/v/41507/4/innova.front/derribando-las-barreras-invisibles>>. Acesso em 30/03/15.

⁶ Não encontrei nenhum trabalho acadêmico que se dedique exclusivamente a este periódico feminista, apenas alguns que se utilizam de elementos (como charges, por exemplos) para traçar análises pontuais. Desta forma, não é possível, neste momento, identificar qual o direcionamento feminista preciso da publicação.

uma forma de dar visibilidade não apenas do trabalho que estavam fazendo estas mulheres, mas também, de preencher a lacuna sobre a história das mulheres uruguaias⁷.

É importante destacar que o GRECMU, ainda em atividade, não foi o único centro de estudos a iniciar suas atividades no Uruguai a partir da década de 1980⁸. Em 1984, é fundado o *Plenario de Mujeres del Uruguay* (PLEMUU), que nasce com o objetivo de melhorar a situação da mulher uruguaia através de cursos de formação/capacitação de mão de obra especializada para (re) inserção no mercado de trabalho⁹; a criação do boletim *Ser Mujer*, que divulgava os trabalhos do projeto *Condición de la mujer de la Asociación Uruguaya de Planificación Familiar e Investigación en Reproducción Humana* (AUPFIRH); *Cotidiano Mujer*, fundada em 1985, primeira revista fundada por um coletivo feminista, assim como o suplemento dominical do jornal *La Republica*, *La Republica de las mujeres*, fundado em 1988. Diversos outros centros podem ser mapeados no Uruguai, com direcionamentos específicos a cada situação social na qual a mulher está inserida, e o movimento feminista nunca esteve em tanto destaque como agora, em todas as suas vertentes.

Conclusão

A história das mulheres na América Latina segue um percurso muito particular, pois, além da inserção tardia do conceito de gênero em nossa historiografia, diversas variáveis envolvem a questão do “ser mulher” na parte sul do continente. Além da herança patriarcal, que invisibilizou a mulher durante séculos não apenas social, mas também, historicamente, lidamos com o eurocentrismo e o colonialismo que reforçaram este padrão.

Com a virada historiográfica dos anos de 1970, e os efeitos da pós modernidade que enfatizaram a fluidez das grandes identidades nacionais em detrimento das múltiplas identidades que o mesmo país

⁷ Destaco, aqui, alguns títulos que foram publicados pelo grupo, ainda na década de 1980, com destaque para os trabalhos de Beatriz Lovesio: *Perfil educativo de La mujer uruguaya* (1985), *Las mujeres y sus trabajos* (1988) e *Prácticas femeninas* (1988); Silvia Villamil: *La inmigración europea en el Uruguay* (1982), *Mujer, Estado y política en el Uruguay del siglo XX* (1984) e *Los feminismos de comienzos de siglo en Uruguay* (1988); Graciela Sapriza: *El trabajo de la mujer en discusión* (1987) e *Los Feminismos* (1989); Irene Madfes: *Opacidades y transparencias discursivas* (1989); Nea Filguera: *Participación política de las mujeres* (1989) e Susana Prates: *La Mujer en el sector informal* (1983), *El trabajo informal o las relaciones contradictorias entre La reproducción, La producción y el Estado* (1984) e *Las trabajadoras domiciliarias en la industria del calzado* (1987). É importante destacar que a produção acadêmica do grupo é muito mais extensa do que esta apresentada aqui, porém, para os fins que se destinam este artigo, estas são exemplos pontuais do teor e pluralidade das investigações.

⁸ Atualmente, existem cerca de 50 centros especializados em ações voltadas para as mulheres e sua atuação na sociedade, e muitas delas tiveram seu início na década de 1980. Para ter acesso a lista completa, ver: < http://www.inmujeres.gub.uy/innovaportal/v/2679/1/innova.front/organizaciones_de_la_sociedad_civil>. Acesso em 14 out 2016.

⁹ Para maiores informações, ver: < <http://www.plemuu.org.uy/plemuu.html>>.

pode ter, os discursos daqueles que historicamente foram silenciados ganhou cada vez mais força e destaque nos estudos acadêmicos e da sociedade como um todo.

Inserir a questão da mulher e seu papel fora da família foi primordial para que conhecêssemos um outro lado das histórias cotidianas, outros sujeitos históricos tão importantes quanto aqueles que sempre tiveram destaque. Com o movimento feminista, ganhando espaço na América Latina a partir de fins da década de 1970, estas mulheres não ganharam apenas uma história, mas uma possibilidade de futuro, com demandas e desejos próprios.

Inserir estas mulheres que há décadas lutam para garantir o protagonismo feminino de suas próprias histórias nos debates historiográficos é dever de todos nós. Recuperar a memória e atuação dos grupos de estudos sobre as mulheres que atuaram nos diversos países latino-americanos é fundamental para compreendermos como aconteceu a união de mulheres que, até então, faziam uma luta solitária e silenciosa. Conhecer suas estratégias de formação de redes de sociabilidade e de circulação de ideias feministas por todo cone sul é um trabalho necessário. Dar voz a estas mulheres é mostrar que a luta ainda está longe de ser ganha, porém, o caminho já está traçado.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Gustavo Alberto Cabrera. Movimentos Sociais e Ditadura Militar no Uruguai. In: *Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina – Imperialismo, nacionalismo e militarismo no século XXI*. Londrina, 2010.

BORGES, Joana Vieira. Leitoras e leituras feministas no Brasil, Argentina e Uruguai (1960-1985). *História Oral*. V.12, n. 1-2, p.35-57, jan-dez, 2009.



CABRAL, José Pedro Cabrera. Trajetória do Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros – 1962-1973: algumas questões de identidade e poder. In: *Estudos Ibero-Americanos*, vol. XXXIII, num. 02, dezembro de 2007.

CORBO, Daniel J. La transición de la dictadura a la democracia en el Uruguay. *Humanidades*. Ano VII. No. 1. 2007.

GREEN, Eric. Bancada feminina impulsiona democracia uruguaia. In: *Mulheres no mundo de hoje*. Bureau de programas de informações internacionais. Departamento de estado dos Estados Unidos da América, 2012.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como en El Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.